

RALED

VOL. 24(2) 2024



RESENHA

RESENDE, Viviane; RUANO-IBARRA, Elisabeth. 2023
*Políticas de ação afirmativa no ensino superior da América
Latina: experiências brasileiras*

276 págs. Campinas, SP: Pontes editores
ISBN: 9786556377964

CAMILA RITA LELIS

CEFET-MG
Brasil

Recebido: 04 de outubro 2024 | Aceito: 04 de novembro de 2024
DOI: 10.35956/v.24.n2.2024.p.199-205

A obra *Políticas de ação afirmativa no ensino superior da américa latina: experiências brasileiras* é fruto de um simpósio realizado na Universidade de Brasília, em agosto de 2022, celebrando duas décadas de ações afirmativas e a primeira década da Lei de Cotas. Com financiamento do Programa de Apoio a Eventos (PAEP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o evento reuniu especialistas para discutir a importância dessas políticas na promoção da inclusão e diversidade nas instituições de ensino superior da região.

A obra foi organizada em dois volumes: no primeiro agruparam-se as contribuições escritas em espanhol, isso porque o debate acadêmico não atinge todo o seu potencial quando impulsionado apenas pelo contexto nacional, assim, houve a divulgação de experiências particulares sobre ação afirmativa na Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, México e Peru, a partir do volume *Políticas de Acción Afirmativa en América Latina*. Essa obra representa uma internacionalização do debate acadêmico latino-americano sobre políticas de ação afirmativa no ensino superior e o CEAM/UnB destaca a relevância e atualidade do tema que nos ocupa. O segundo volume (*Políticas de ação afirmativa no ensino superior da américa latina: experiências brasileiras*), composto por 8 capítulos, será abordado nessa resenha.

Cruz e Paula discutem, no capítulo 1, *30 anos de políticas neoliberais na educação superior brasileira: é possível garantir direitos?*, os impactos de 30 anos de ideário neoliberal na educação superior no Brasil, analisando a evolução desde o governo Collor até o governo Bolsonaro. Através de uma abordagem histórica e comparativa, as autoras exploram como o neoliberalismo se entrelaça com as transformações do ensino superior e os desafios para garantir direitos sociais. As autoras destacam alguns efeitos do neoliberalismo na educação superior brasileira.

O primeiro deles é a redução significativa dos investimentos públicos no ensino superior, levando ao desmonte das universidades públicas e à expansão das instituições privadas, o que comprometeu o acesso à educação de qualidade para a população de baixa renda. Também retratam a precarização da assistência estudantil, o que tem dificultado o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda, especialmente no contexto de cortes orçamentários.

Além desses aspectos, retratam a Subordinação à Lógica Mercadológica, pois o Estado passou a se subordinar à lógica do mercado, priorizando a financeirização da educação e a mercantilização do ensino superior, o que resultou em uma educação voltada para a formação de mão de obra qualificada para o mercado, em detrimento de uma formação crítica e cidadã. E, por fim, o aumento da desigualdade social, uma vez que as políticas neoliberais contribuíram para o agravamento da desigualdade social, dificultando o acesso à educação superior para os grupos mais vulneráveis e perpetuando a exclusão social. Esses efeitos refletem uma transformação profunda na estrutura e na função das instituições de ensino superior no Brasil, com implicações significativas para a democratização do acesso à educação.

As autoras abordam várias experiências de ação afirmativa no ensino superior da América Latina, com foco nas seguintes iniciativas, como as Cotas Raciais e Sociais, os programas de acesso e permanência no ensino superior e experiência de inclusão em diversos países. Essas políticas têm sido uma resposta às desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira e em outros países da América Latina, além disso, refletem um esforço coletivo na região para enfrentar as desigualdades e promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Vargas, no capítulo 2, *Memórias utópico-distópicas do “novo mundo”: permanência na Argentina, Brasil e Chile*, reflete sobre a importância da memória, utopia e distopia, destacando a relevância do

Simpósio “*Políticas de Ação Afirmativa para o Ensino Superior na América Latina*”, especialmente em um momento significativo como os dez anos da Lei de Cotas no Brasil. A autora discute os principais objetivos das políticas de ação afirmativa, como a redução das desigualdades étnico-raciais, a compensação de discriminações passadas, o aumento da diversidade nos campi, o suporte ao sucesso acadêmico e a promoção de direitos. Vargas destaca como as políticas de inclusão e diversidade são vistas como parte de um compromisso mais amplo com os direitos dos grupos marginalizados, buscando garantir que o acesso à educação superior seja um direito e não apenas uma questão assistencialista.

Esses objetivos refletem uma abordagem abrangente para enfrentar as desigualdades no acesso e na permanência na educação superior na América Latina. A autora destaca que a Lei de Cotas, implementada no Brasil em 2012, teve um impacto significativo no ensino superior nos últimos dez anos, como: reservar vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas; permitir que mais estudantes de diferentes origens sociais e raciais pudessem ter acesso à educação superior; fazer com que ocorressem discussões sobre inclusão, equidade e justiça social dentro do ambiente universitário; impulsionar a necessidade de políticas de assistência estudantil mais robustas, que vão além do apoio financeiro e, por fim, destaca que, apesar do aumento no acesso, a lei também trouxe à tona desafios relacionados à permanência dos estudantes nas instituições, com taxas de conclusão de cursos em declínio, indicando que o simples acesso não garante a permanência e o sucesso acadêmico.

Hustana Maria Vargas faz uma comparação entre Argentina, Chile e Brasil. Na Argentina, as políticas de ação afirmativa têm se concentrado em grupos indígenas, buscando garantir o acesso e a permanência desses estudantes nas universidades. O país tem enfrentado desafios semelhantes aos do Brasil, especialmente em relação à conclusão dos cursos e à necessidade de suporte para a permanência dos alunos. No Chile, assim como na Argentina, as ações afirmativas também se voltam para a inclusão de povos indígenas. O país tem implementado políticas que visam aumentar a representação desses grupos no ensino superior, enfrentando questões de desigualdade e buscando promover a diversidade nas instituições. Já o Brasil se diferencia pela ênfase na população negra como principal sujeito das ações afirmativas. Essa diversidade nas abordagens reflete as particularidades sociais e históricas de cada país e demonstram a importância das políticas de ação afirmativa na promoção da inclusão e da diversidade no ensino superior em toda a América Latina.

No capítulo 3, *Ações afirmativas na universidade de Brasília: reivindicações de mulheres*, Ibarra, Resende e Cantarela exploram as políticas de ação afirmativa na Universidade de Brasília, focando nas experiências e reivindicações das mulheres no Ensino Superior. Entre 2016 e 2021, a análise destaca a importância da presença feminina tanto entre discentes quanto docentes, especialmente com a eleição da primeira reitora e a celebração de duas décadas de políticas de cotas. O texto também aborda a questão da violência de gênero nas universidades, um tema que merece mais atenção e estudo.

As autoras demonstram que entre 2016 e 2021, a Universidade de Brasília (UnB) alcançou vários avanços significativos nas políticas de ação afirmativa, especialmente em relação à inclusão de mulheres e grupos historicamente marginalizados. Alguns dos principais avanços incluem: eleição da primeira reitora, em 2019; fortalecimento da Política de Cotas; criação de Centros de Convivência, como o Centro de Convivência Negra (CCN) e o Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas (Maloca); ações de apoio e diversidade, como a criação de programas como o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (NPIR) e a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (ADACA); discussão sobre violência de gênero. Assim, esses avanços refletem um esforço contínuo

da UnB para se tornar uma instituição mais inclusiva e plural, reconhecendo a diversidade de sua comunidade acadêmica e buscando superar desigualdades históricas.

Por fim, as autoras discutem como a violência de gênero impacta as trajetórias acadêmicas das mulheres nas universidades de diversas maneiras, como: interrupção dos estudos; dificuldade de permanência; ambiente hostil; sub-representação de mulheres em certas áreas do conhecimento, especialmente nas ciências exatas e tecnológicas, onde a presença feminina é historicamente baixa; trajetórias acadêmicas prejudicadas, resultando em menos publicações, menos oportunidades de pesquisa e dificuldades em avançar em suas carreiras acadêmicas. Logo, esses fatores demonstram que a violência de gênero não é apenas uma questão de segurança, mas também um obstáculo significativo para a igualdade de oportunidades e o sucesso acadêmico das mulheres nas universidades.

No capítulo 4, *Políticas afirmativas na universidade federal de alagoas (ufal): cotas para mulheres negras*, Benigno, Ibarra e Oliveira exploram a perspectiva de gênero no Programa de Políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, destacando a importância das cotas para mulheres negras. A pesquisa, realizada entre 2018 e 2019, envolveu um rico intercâmbio de ideias e experiências, evidenciando o compromisso ético-político dos envolvidos.

Os principais objetivos das ações afirmativas discutidas no capítulo incluem: promoção e a igualdade de oportunidades entre grupos sociais historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas, e outros grupos subalternizados; a democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente para setores étnico-raciais que enfrentam discriminação e exclusão; o combate ao racismo institucional e a discriminação racial, buscando romper com lógicas educacionais preconceituosas e segregacionistas. Desse modo, esses objetivos refletem um esforço para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

O engajamento da professora Maria Aparecida Batista de Oliveira é de grande importância no contexto da pesquisa, pois sua presença e atuação destacam a necessidade de inclusão da diversidade étnico-racial e de gênero no corpo docente, contribuindo para a representação de grupos historicamente marginalizados. Além disso, Maria Aparecida foi uma figura central na discussão e implementação da dimensão de gênero no Programa de Ações Afirmativas da UFAL, coordenando esforços que pautaram a inclusão de questões de gênero nas políticas educacionais. Ela também representa a militância e as demandas do movimento social negro, utilizando sua posição para promover mudanças significativas nas políticas de inclusão e igualdade dentro da universidade. Por fim, além de sua atuação como docente, Maria Aparecida é reconhecida por suas pesquisas e publicações que abordam as relações de dominação e opressão contra a mulher negra, contribuindo para o conhecimento acadêmico e para a conscientização social sobre essas questões.

No capítulo 5, *Povos indígenas e ações afirmativas em vivências amazônicas: o caso da Universidade Federal do Pará (ufpa)*, Beltrão aborda a importância das ações afirmativas, especialmente no contexto dos povos indígenas e suas vivências na Amazônia, com foco na Universidade Federal do Pará (UFPA). O texto também discute a polêmica em torno das cotas raciais no Brasil, destacando debates que ocorreram no início do século XXI e a resistência de alguns setores da sociedade a essas políticas.

O autor aponta alguns argumentos favoráveis às ações afirmativas no contexto brasileiro, que incluem: a promoção da diversidade étnica e cultural nas instituições de ensino superior, contribuindo para a "indianização" dos ambientes acadêmicos e a superação do racismo institucional; a correção das desigualdades históricas e garantia do acesso ao ensino superior para grupos que historicamente foram marginalizados, como os povos indígenas, que enfrentaram anos de silênci-

mento e exclusão, e a contribuição para sociedade, pois Graduados e pós-graduados de grupos sub-representados podem retornar às suas comunidades e contribuir para a reivindicação de direitos etnicamente diferenciados, promovendo mudanças sociais significativas.

Por outro lado, Beltrão destaca justificativas desfavoráveis às ações afirmativas, como: a forte resistência a essas políticas, com críticos argumentando que as cotas podem ser vistas como uma forma de discriminação reversa, gerando polêmica e divisões na sociedade; os desafios de implementação, como a necessidade de sensibilização da comunidade acadêmica e a criação de um suporte estrutural adequado e o racismo, visto que a luta contra o preconceito étnico-racial continua sendo um desafio significativo.

Esses argumentos refletem a complexidade do debate sobre ações afirmativas no Brasil, onde a luta por igualdade e inclusão é constantemente confrontada por resistências e desafios sociais. O autor reforça que a Universidade Federal do Pará (UFPA) implementa políticas de ação afirmativa para povos indígenas de várias maneiras, por exemplo, por meio de reservas de vagas, programas de apoio, abordagem intercultural e pluralista, reconhecendo a importância dos interesses e valores indígenas na construção de soluções educacionais adequadas, sensibilização da comunidade universitária e o impacto na comunidade, pois a "indianização" do ambiente acadêmico enriquece a experiência educacional de todos os alunos e contribui para a superação do preconceito étnico-racial.

No capítulo 6, *Políticas de ações afirmativas para povos indígenas no Brasil: mapeamento e deslocamentos nas universidades*, Jodas explora a luta histórica pela inclusão de povos indígenas e outras minorias nas universidades, destacando momentos significativos desde o surgimento das políticas de inclusão nos anos 2000 até as mobilizações mais recentes em 2017. É uma leitura que reflete sobre a importância da diversidade e da equidade no ambiente acadêmico.

Os principais marcos das políticas de ações afirmativas no Brasil, mencionados no texto, incluem: a Criação da Lei Federal nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas); a Portaria do MEC n. 13 de 2016, que promoveu políticas de cotas na pós-graduação, criando comissões específicas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades e institutos federais e a mobilização dos movimentos sociais, que foram fundamentais para a implementação de políticas de ações afirmativas ao longo da última década, culminando na aprovação da Lei de Cotas. Esses marcos refletem um processo contínuo de luta por igualdade de acesso à educação superior no Brasil, buscando enfrentar as desigualdades étnicas e raciais.

A pesquisa de Juliana Jodas contribuiu significativamente para a discussão sobre a inclusão de povos indígenas nas universidades de várias maneiras, pois a autora realizou uma etnografia multissituada, acompanhando eventos acadêmicos, como o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI). Além disso, a pesquisa analisou o impacto do vestibular específico para indígenas no acesso e permanência desses estudantes no ensino superior. A autora também enfatizou a importância do diálogo entre estudantes indígenas e a comunidade acadêmica, mostrando como eventos e rituais promovidos pelos estudantes ajudam a demarcar suas demandas e a criar caminhos para enfrentar situações de racismo e violência nas universidades e destacou a necessidade das universidades se abrirem para aprender com outras formas de conhecimento, promovendo um entendimento mais inclusivo e respeitoso das culturas indígenas.

No capítulo 7, *Ações afirmativas para povos indígenas na Universidade de Brasília (UnB)*, Ibarra e Renault exploram as transformações institucionais que ocorreram desde a implementação de reservas de vagas para candidatos indígenas em 2004, destacando a importância de tratar de forma diferenciada grupos étnico-raciais e culturais que enfrentam desigualdades sociais. Esse estudo reflete sobre a diversidade indígena e os desafios enfrentados por esses estudantes.

As principais transformações institucionais na Universidade de Brasília (UnB) após a implementação das reservas de vagas para indígenas incluem: a criação de Modalidades de Acesso, como um vestibular específico para povos indígenas, além de outras iniciativas, como a Maloca e a CO-QUEI; a realização do vestibular específico em polos mais próximos dos territórios; implementação de diversas formas de apoio, como monitorias, bolsas e auxílios financeiros, visando garantir a permanência e a titulação dos estudantes indígenas; institucionalização de uma política específica para estudantes indígenas cotistas para assegurar a continuidade e a eficácia das ações afirmativas; reconhecimento da diversidade, refletindo um compromisso com a inclusão e a valorização das identidades indígenas. Assim, fica evidente como essas transformações visam não apenas facilitar o acesso, mas também promover a permanência e a formação de estudantes indígenas na universidade, enfrentando os desafios históricos de exclusão e desigualdade.

Os autores destacam que a definição de ação afirmativa no contexto das políticas educacionais da Universidade de Brasília (UnB) é abordada de maneira a enfatizar a necessidade de tratamento diferenciado para grupos étnico-raciais e culturais que encaram desigualdades sociais e exclusão histórica. Porém, existem desafios enfrentados pelos estudantes indígenas na Universidade de Brasília (UnB). Alguns deles são: a alta taxa de evasão entre os estudantes indígenas, dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, falta de um apoio específico, pois embora existam políticas de ação afirmativa, a implementação de apoio específico e contínuo para estudantes indígenas ainda é um desafio; sobrecarga de compromissos, que inclui não apenas as obrigações acadêmicas, mas também a participação em atividades culturais e sociais em suas comunidades, o que pode impactar sua disponibilidade e desempenho acadêmico, e a falta de representação indígena em espaços de decisão dentro da universidade, o que pode dificultar a efetividade das políticas de ação afirmativa. Esses desafios conjecturam a complexidade da experiência dos estudantes indígenas na UnB e a necessidade de políticas mais robustas e adaptadas que considerem suas realidades e contextos específicos.

Por fim, no capítulo 8, *Comissões de heteroidentificação racial no ensino superior público federal brasileiro*, Rosa e Marques discutem a importância das comissões de heteroidentificação racial, que atuam como um complemento à autodeclaração étnico-racial. O texto analisa a necessidade de aprofundar a identificação racial dos candidatos às subcotas para negros e negras, além de registrar os marcos normativos que levaram à regulamentação desse procedimento.

As autoras destacam os principais marcos normativos sobre a heteroidentificação racial, como: a Lei nº 12.711 de 2012, a qual estabelece um sistema de reserva de vagas que combina critérios de renda, raça/cor e deficiência; o Decreto nº 7.824 de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711 e estabelece diretrizes para a implementação das políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino superior; o Decreto nº 9.034 de 2017, o qual alterou o anterior e trouxe novas diretrizes para a aplicação das políticas de cotas raciais e a Portaria Normativa n. 4 de 2018, a qual regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, visando o preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais.

Desse modo, fica evidente, no texto, que essas normativas são fundamentais para a estruturação e funcionamento das comissões de heteroidentificação e para a promoção da inclusão racial no ensino superior brasileiro. Essas comissões funcionam como um procedimento complementar à autodeclaração étnico-racial dos candidatos que se inscrevem para as subcotas destinadas a negros e negras nas universidades federais. Além disso, a principal finalidade dessas organizações é verificar a condição autodeclarada de candidatos para garantir que as vagas reservadas para as subcotas

sejam preenchidas de forma justa e adequada. Para tal, os responsáveis, designados pela instituição, utilizam exclusivamente o critério fenotípico para aferir a condição autodeclarada. Ademais, para garantir a transparência, as comissões emitem um edital de convocação e as decisões são válidas apenas para o processo seletivo específico em que o candidato foi convocado.

No entanto, no estudo, as pesquisadoras apontam que, entre 2013 e 2020, foram registradas mais de 3.958 denúncias nas universidades federais relacionadas a inconsistências na aplicação da política pública, o que demonstra a necessidade de um controle rigoroso e a importância das comissões. Assim, seguir esses critérios de heteroidentificação é fundamental para assegurar que as políticas de ação afirmativa sejam implementadas de maneira eficaz e que os princípios de legalidade e isonomia sejam respeitados no acesso ao ensino superior.

As reflexões abordadas em cada capítulo estimulam a nossa criticidade, uma vez que é fundamental reconhecer que as desigualdades sociais, raciais, étnicas e de gênero persistem no acesso à educação superior. As experiências de ação afirmativa discutidas nos textos mostram que políticas públicas eficazes são essenciais para democratizar o acesso à educação e podem servir como base para discutir o futuro da educação superior no Brasil. Ao abordar os desafios enfrentados por estudantes de grupos marginalizados, os autores destacam a necessidade de um acompanhamento contínuo das políticas educacionais, para que elas não sejam apenas medidas pontuais.

Por isso, são necessárias intervenções que promovam a inclusão e a equidade, pois, sem essas políticas, a educação superior continuará a ser um espaço privilegiado, inacessível para muitos. Assim, o governo deve priorizar investimentos em educação e implementar políticas que garantam a permanência dos estudantes nas universidades. Nesse sentido, a diversidade e robustez dos estudos apresentados na obra são relevante fonte de informação para gestores de instituições de ensino e gestores públicos envolvidos na formulação, implementação, aprimoramento e expansão das políticas públicas de ação afirmativa, além de ser conhecimento relevante para estudantes, professores e outros agentes da prática educacional. Por fim, também é importante destacar a necessidade do engajamento da sociedade civil e da comunidade acadêmica na luta por uma educação mais justa e inclusiva. A mobilização em torno de questões educacionais é crucial para pressionar por mudanças e garantir que os direitos conquistados sejam mantidos e ampliados.

Referências Bibliográficas

RUANO-IBARRA, E.; RESENDE, Viviane M. R. (eds). 2004. *Políticas de Acción Afirmativa en América Latina*. Campinas: Pontes.

CAMILA RITA LELIS, doutoranda em Linguagem, Ensino, Aprendizagem e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (POSLING) CEFET-MG e mestra em letras pela Universidade Federal de Viçosa.

Correo electrónico: camilarlelis@outlook.com